##### MIGRAÇÃO E JUVENTUDE, QUAIS PERSPECTIVAS? Uma abordagem dessa realidade/questão.

**Amarayna Minelly da Silva Sousa[[1]](#footnote-1)**

**RESUMO**

Este trabalho é um desdobramento da monografia de conclusão do curso de Serviço Social, que objetiva contribuir para a compreensão dos deslocamentos espaciais ou migratórios, pois estes fazem parte do movimento da história da humanidade, uma vez que, muitas pessoas tiveram que sair de suas cidades em busca de novas oportunidades, impulsionadas por diversos fatores, e o principal deles seria por questões econômicas (ligadas ao mercado de trabalho). As relações que são estabelecidas nessa sociedade capitalista se dão em torno da produção material, das forças produtivas e pelas relações instituídas entre os proprietários dos meios de produção e àqueles que possuem a força de trabalho. Nesse processo, destacam-se os jovens, sendo estes os sujeitos sociais mais afetados pela falta de oportunidades de trabalho, pois se encontram na fase em que buscam novas experiências e anseiam por uma carreira profissional, daí serem obrigados pelas circunstâncias a encarar mudanças bruscas, inclusive de domicílio para buscar a realização de uma vida melhor.

Palavras – chave: Migração, Mercado de Trabalho e Juventude.

**1 INTRODUÇÃO**

O termo migração pode ser entendido como o movimento e a realocação de pessoas de uma região para outra (MUNIZ, 2002, p. 01). Meneses expressa que “a mudança significa, para o migrante, uma busca de melhoria, no seu sentido mais amplo: melhores condições de trabalho, moradia, transporte, conforto, distração, acesso a bens de consumo, educação, assistência médica” (1976, p.16).

As primeiras discussões conceituais para formular uma teoria que explicasse os processos migratórios foram realizadas por Ravenstein, no final do século XIX. Este foi um geógrafo e cartógrafo inglês que usou dados censitários da Inglaterra e do país de Gales para desenvolver as “Leis das Migrações”, onde concluiu que a migração é governada por fatores de expulsão (*push)* e atração *(pull)* (PEIXOTO, 2004).

Segundo Santos et al (2010), Ravenstein na elaboração de seus estudos enunciou as leis das migrações a partir da análise dos dados do Censo de 1871 e 1881, na Inglaterra.

Para levar a cabo esta tarefa, o autor partiu dos seguintes pressupostos: a) há uma estreita relação entre os movimentos migratórios e desenvolvimento do capitalismo; b) tanto a população quanto as atividades econômicas estão espacialmente distribuídas de forma desigual, havendo regiões com excedente de mão de obra e outras com escassez, o que levaria à existência de áreas de absorção (centros comerciais e industriais) e áreas de dispersão de mão de obra (regiões agrícolas); c) o principal elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão de obra nos grandes centros industriais; d) os migrantes se deslocam buscando melhorar a sua situação material. (p. 10-11)

Neto (2009) discute esses fatores de expulsão e atração mostrando que o primeiro diz respeito àqueles aspectos que levam ao deslocamento, desencadeado geralmente por problemas que ocorrem no lugar de origem e que estimulam os indivíduos a emigrar. Aponta o trabalho como insuficiente na região, poucas oportunidades de emprego, perseguição política, dentre outros, como alguns desses fatores que podem contribuir neste processo. Já o fator de atração seria o que atrai o migrante a um determinado destino, no geral, essa atração é considerada como positiva, boa e desejável. O autor acima citado destaca que entre os condicionantes que atraem estão: acessos aos melhores empregos, educação, saúde, relações familiares e outros.

De acordo com “As Leis de Ravenstein”, dentro do sistema capitalista, os fatores econômicos são os principais impulsionadores para que ocorra a migração (SCHMITZ, 2009, p. 15).

Entendemos que o processo migratório é em parte impulsionado pela falta de políticas públicas, como por exemplo, a educação superior, desse modo se constitui em um dos principais fatores que contribui para que ocorram os processos de deslocamento. “Quando se estudam os processos migratórios, pode-se admitir que, em alguns municípios, as ausências dessas políticas e desse desenvolvimento implicam fatores de expulsão de migrantes” (FRANCISCO et al, 2011, p. 06).

Cumpre dizer que, nesse estudo, identificamos os jovens como os sujeitos sociais mais afetados pela falta dessas políticas públicas, pois se encontram na fase em que buscam novas experiências e anseiam por uma carreira profissional, daí serem obrigados pelas circunstâncias a encarar mudanças bruscas, inclusive de domicílio para buscar a realização de uma vida melhor.

**2 PROCESSO MIGRATÓRIO E SEUS DETERMINANTES**

Embora existam vários ou diferentes entendimentos acerca do fenômeno da migração, percebe-se que quase sempre há uma intrínseca relação entre este fenômeno e o mercado de trabalho, o que demonstra que este processo responde a uma das necessidades que o modo capitalista impõe, pois como bem assinala Santana; Telles (2011, p. 02);

[...] as migrações de trabalhadores, que na atualidade se manifestam de modos outros, ganhando inéditas feições e dinamismos, se constituem: como momento de síntese da expropriação, exploração, dispersão e concentração da força de trabalho que segue o movimento e as formas do capital.

Nesse sentido é que Francisco et al (2011, p. 02) entende que a migração

[...] consiste, de forma simples, no movimento de pessoas de dada localidade geográfica para outra, podendo ocorrer de um país para outro ou dentro dos limites do mesmo país. A emigração, por sua vez, enquanto espécie de migração trata-se do movimento de saída de uma pessoa de um lugar para outro, enquanto a imigração se refere ao movimento de chegada. À pessoa que pratica a emigração dá-se o nome de emigrante.

Singer (1976) considera que neste movimento migratório existem alguns fatores que contribuem para a intensificação desse processo, na visão do autor estes são fatores de expulsão e decorrem de movimentos de *mudanças ou* de *estagnação*.

As migrações em razão de mudanças, particularmente no meio rural, seriam aquelas que:

[...] decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas a qual acarreta a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego [...] (SINGER, 1976, p. 38).

Singer (1976), também aponta as desigualdades regionais como um dos aspectos motivadores da migração. Pois, ainda que a população residente em áreas desfavorecidas participe do processo de acumulação capitalista, esta participação não lhes garante compartilhar dos resultados desta acumulação através de condições adequadas de sobrevivência, e isto acaba influenciando na decisão de migrar para buscar novas oportunidades em lugares pretensamente mais “desenvolvidos”.

Quanto aos fatores de estagnação, Singer (1976) ressalta que:

[...] se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários (p.38).

Neste caso, há um esgotamento por parte dos agricultores na ampliação da produtividade da terra, fazendo com que apenas uma parte da população migre, e nesse contexto, os jovens são mais propensos a esse tipo de migração, provocando um impacto no processo vegetativo, resultante na estagnação do crescimento populacional ou, expressando um crescimento mínimo (MIOTO, 2008).

Com base ainda em Singer (1976), a definição das áreas de origem dos fluxos migratórios é condicionada pelos fatores de expulsão, em contrapartida, quem vai determinar os rumos destes fluxos e seus destinos serão os fatores de atração. Ou seja, o sistema capitalista é o responsável de certa forma por alimentar o fluxo migratório, expulsando as pessoas do seu lugar de morada, e este mesmo sistema é o responsável por determinar os destinos desses migrantes, fazendo com que a melhoria de suas condições econômicas sejam nutridas pelas demandas por força de trabalho, levando o migrante a ter sempre expectativas de emprego/ocupação nos setores da economia.

Assim, Singer (1976) reitera que entre os fatores de atração,

[...] o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém (p. 40-41).

No entanto, há que se considerar que, o ato de migrar nem sempre implicará na absorção desses indivíduos pelo mercado de trabalho para onde se deslocam. Pois se sabe, é inerente à lógica capitalista manter um significativo exército de reserva, como forma de sustentação, enquanto sistema econômico, haja vista, que isto ajuda a rebaixar os seus custos e, particularmente, os custos de contratação, favorecendo assim uma maior lucratividade.

Ante o exposto, isso nos leva a concordar com os estudiosos que afirmam ser o modo de produção capitalista o que move ou induz os processos migratórios, haja vista que gera os fatores que causam esse movimento.

Os estudos aqui referenciados indicam que o advento da industrialização no campo e a consequente introdução de maquinários na agricultura, por exemplo, promove o aumento da produtividade do trabalho, dispensando assim a mão de obra, ocasionando o desemprego, que por sua vez, acarreta na saída das pessoas de suas localidades, por não encontrarem outro meio de subsistência, se veem obrigadas a sair. Esse movimento vai configurando o processo migratório de saída do meio rural para os centros urbanos, onde segundo Lefebvre (1999) encontra-se a crescente concentração de meios de consumo coletivo (equipamentos e serviços coletivos urbanos e o modo de aglomeração do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho). Para o autor em referência, é isto que caracteriza a cidade capitalista e que criam as condições determinantes tanto do desenvolvimento econômico, quanto do meio urbano.

No contexto contemporâneo, quando o migrante chega a um lugar para o qual foi atraído com a perspectiva de obter um emprego formal, se depara com muitas barreiras para adentrar ao mercado de trabalho, uma delas tem sido à exigência de maiores níveis de capacitação/qualificação profissional, ainda que seja para atividades laborativas relativamente simples.

Nesse sentido, Schmitz (2009, p. 19), aponta que no geral:

Os migrantes que se deslocam de seus locais de origem em busca de melhores condições de vida, emprego, entre outros, em muitos casos ficam a margem de uma situação de vulnerabilidade ainda maior do que já se encontravam.

Em face do exposto, podemos dizer que os rumos das migrações são desencadeados tanto por fatores que expulsam, quanto por aqueles que atraem, e ambos são alimentados pelas perspectivas que o próprio sistema de produção econômica venha a gerar. Isto só reafirma o que Ravenstein, ainda no século XIX, constatou em suas primeiras observações: a de que as migrações possuem o sistema capitalista como o seu principal gerador. Para Singer (1976), este sistema tanto expulsa, como atrai, fazendo o que chamamos de movimento migratório.

Peixoto (2004), estudioso também dessa questão, no contexto europeu dos séculos XIX e XX, diz que estes viviam sob intensos movimentos internos, dentre os quais destaca as migrações transoceânicas que permitiram o povoamento de novos continentes. É o que Hobsbawm (1982, p. 203) se refere quando diz que “a metade do século de XIX marca o começo da maior migração dos povos na História”.

Podemos dizer que no mundo, este processo foi e continua sendo muito significativo. Fazendo um recorte do Brasil, a colonização contribuiu para processo de formação sócio-histórica, visto que a sua configuração foi responsável pela migração europeia, tornando-se assim um divisor de águas para novos deslocamentos populacionais, possibilitando o povoamento dos estados brasileiros.

Nesse sentido se pode afirmar que estudar as migrações significa entender o processo dinâmico do movimento populacional, que tem como resultado o inchaço de algumas regiões em contraposição ao esvaziamento de outras (MIOTO, 2008, p. 11).

A própria história do Brasil é marcada pelos movimentos migratórios. Estes por sua vez, estão estritamente relacionados ao desenvolvimento e às desigualdades regionais. Essas desigualdades são desencadeadas pela diversificação tanto de ordem natural, quanto cultural do país e desenhadas pelas desigualdades de cunho econômico (MIOTO, 2008). “Tais disparidades foram mitigadas ou agravadas ao longo de nossa história, muitas vezes através da postura e interpretação do Estado sobre os problemas socioeconômicos brasileiros” (MIOTO, 2008, p. 26).

É essa perspectiva de busca de alternativas de sobrevivência, que muitas pessoas, particularmente os jovens, migram. E fazem isto acreditando na possibilidade de mudança, principalmente no aspecto econômico de sua vida, e de suas famílias. Desse modo é que muitos encontram na migração a alternativa ou meios que poderá levá-los à concretização de sonhos e objetivos.

É justamente sobre essa questão que as análises de Almeida; Lacerda (2010, p. 09) estão direcionadas, pois apontam que “a problemática da migração e suas consequências para aqueles que buscam melhores condições de vida, se fazem evidentes entre muitos trabalhadores”.

**3 OS JOVENS E A RELAÇÃO COM O PROCESSO MIGRATÓRIO**

A Legislação[[2]](#footnote-2) que trata sobre os direitos da juventude no Brasil, em seu § 1o, diz que são consideradas jovens as pessoas entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. E de acordo com dados do IBGE (2010), o Brasil possui cerca de 51,3 milhões de jovens, no total de um pouco mais de 26% da população.

Cabe destacar que o Brasil segue o padrão de análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos (TROIAN, DALCIN; OLIVEIRA, 2009, p. 04). Ainda assim, a parcela da população que se encontra na faixa etária de 15 a 29 anos[[3]](#footnote-3), está subdividida em três grupos. No primeiro grupo aparecem os jovens-adolescentes com idades entre 15 a 17 anos, no segundo, denominam-se de jovens-jovens aqueles com idades entre 18 a 24 anos, e por fim, são classificados de jovens-adultos aqueles entre 25 a 29 anos (BRASIL, 2009).

No que se refere aos números sobre a população jovem no Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 existem, cerca de 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo no país. Atualmente, a população jovem do Brasil está compreendida em torno de ¼ da população total, equivalendo em média 26%. Na Tabela 1 poderemos visualizar a distribuição dessa juventude por sexo e faixa etária.

**Tabela 1- População residente, por sexo e grupos de idade.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na construção deste arcabouço teórico, Sposito (2009) traz o destaque de que no Brasil, a discussão sobre esta temática ganhou visibilidade durante os últimos quinze anos, considerando que houve uma ligação entre vários domínios tanto da vida social, quanto de ações de diferentes sujeitos sociais. Para Sposito, é neste contexto que “os jovens entram na pauta das ***políticas públicas***[[4]](#footnote-4)como parte da ***questão social***[[5]](#footnote-5) e do crescimento da violência no país” (grifo nosso) (SPOSITO, 2009, p. 17).

Do ponto de vista destes jovens, talvez este seja o dilema mais crucial, ou seja, o aspecto central no momento da tomada de decisão - “ficar ou partir”- de suas localidades, e a expectativa que se sobressai é a busca de novas oportunidades e perspectivas para o futuro, podemos dizer que esse se constitui o motor das preocupações desse jovem que se coloca na condição de migrante.

Nesse sentido é que as reflexões de Kummer (2013), acerca dessa questão pode nos ajudar a compreender os reais significados que circundam a saída e a permanência dos jovens em torno do processo de migração. A esse respeito, Kummer (2013), nos traz a seguinte reflexão:

A saída é um comportamento intencional e relacional ao mesmo tempo. Da mesma forma o é a permanência. Nesse sentido pensar o fenômeno “permanência” é antes de mais nada supor que o fato de ficar é um comportamento tácito, definido, medido e organizado a partir de conflitos sociais, ideológicos e identitários (Kummer, 2013,p. 01).

As considerações de Kummer (2013) se assemelham com o que Vantroba (2009) aponta, pois essa autora também vai dizer que a saída ou permanência dos jovens de suas localidades vai depender das oportunidades que estes encontram ou não. Para isso, a autora expõe que no geral, as pessoas dificilmente continuam a morar “no ambiente de origem se não tiver como manter o mínimo necessário à sua sobrevivência e de sua família, mesmo que para isso precise ficar longe do convívio familiar e praticamente seja “escravizado” num emprego” (VANTROBA, 2009, p. 05).

Como um bom exemplo para compreendermos tal linha de raciocínio, Vantroba (2009, p. 05) foi feliz enriquecendo esta discussão ao trazer para o debate que:

[...] ainda ocorre uma grande marginalização, também existente no meio urbano que faz com que os agricultores, principalmente os jovens, não acreditem em perspectivas de desenvolvimento neste meio, já que se deparam com um grande litígio de empregos e de elementos que fascinam as pessoas mais jovens. Mas para muitos destes, o principal motivo que os leva a abandonar o campo não é a vontade de viver na agitação das cidades, e sim pela impossibilidade destes alcançarem seu pleno desenvolvimento econômico através de atividades agrárias.

Desse modo, podemos observar que um fator preponderante para a migração seria a falta de oportunidades, principalmente de trabalho, ou seja, o fator econômico, pois no geral, as pessoas se deslocam, particularmente do meio rural, em busca de meios de sobrevivência, assim dirigem-se para as áreas urbanas e lá esperam se “encaixar” nos vários setores da economia.

Percebe-se, portanto que a falta de condições dignas de sobrevivência na maioria das vezes impede a permanência dos jovens nos seus locais de origem. Em relação à migração das áreas rurais para o meio urbano, destaca-se também a falta de incentivo dos pais [para essa permanência], falta de recursos, tamanho da propriedade, ou até mesmo, por falta de opções de lazer no campo e pelas facilidades da cidade, esse conjunto de determinantes acaba levando o jovem a buscar amparo na zona urbana (VANTROBA, 2009).

A autora destaca ainda alguns pontos acerca dessa questão que para ela podem ser entendidos como pontos positivos e negativos para a permanência e/ou saída dos jovens para os centros urbanos.

[...] muitos jovens têm consciência de que as dificuldades existem e que também pode haver pontos negativos quanto à sua migração para a zona urbana. Veem a cidade como fonte de oportunidade e de lazer, mas também consideram a agitação, a marginalidade e a falta de conforto que pode existir nesse ambiente. Enquanto isso, o campo é visto como lugar em que faltam opções e onde a riqueza dificilmente será alcançada, mas também é visto como lugar tranquilo, acolhedor e sem marginalidade (VANTROBA, 2009, p. 06).

A discussão que vem sendo feita ao longo desse trabalho mostra que a migração em geral, e de jovens, em particular, sobretudo daqueles oriundos de pequenos municípios e do meio rural assume proporções significativas no nosso país. Vemos também que esse processo perpassa e é permeado pelas questões concernentes à relação campo-cidade.

Coelho (2013), estudando essa mesma questão também afirma que muitos jovens sem perspectiva veem na migração a possibilidade de sobrevivência, e o urbano tende a ser o espaço atrativo para a almejada inserção no mercado de trabalho remunerado, o que lhe propicia a tão sonhada expectativa de “mudanças de vida”. Assim, autores como Rauber (2009) *apud* Coelho (2013), assinalam que ainda que o trabalho seja um dos motores para a saída desses jovens, outro fator que também pode determinar a saída dos jovens do campo diz respeito à falta de oportunidade para continuar estudando.

É importante destacar que Araújo et al, (2014, p. 08) em suas pesquisas sobre a migração e juventude, vai dizer que o jovem migrante, apesar de apresentar menor escolaridade, se inseriu mais e melhor no mercado de trabalho do que os que optaram por não migrar. Percebe-se que neste aspecto a migração foi uma boa opção no tocante à obtenção de uma melhor condição de vida.

Nestes aspectos, é evidente que a migração constituiu uma boa opção. Entretanto, existe na literatura sobre migração a ideia da “seletividade positiva”, que coloca ênfase antes no sujeito que nas circunstâncias da migração. Segundo esta linha, os migrantes constituem um grupo positivamente selecionado da população que, em média, possuem melhores características não observáveis que o grupo dos não migrantes: são sujeitos mais aptos, mais ambiciosos, agressivos, motivados e empreendedores do que aqueles que permanecem em seus locais de origem. (ARAÚJO et al, 2014, p. 08)

Coelho (2013) nos fala a respeito da faixa etária desses migrantes. Assim, conforme este, na década de 1960 o maior fluxo migratório ocorria entre as faixas etárias de 40 a 49 anos, porém, ele evidenciou que a cada década essa faixa etária diminuiu; e dos anos 1990 aos dias atuais, a faixa etária dos migrantes encontra-se basicamente entre 15 e 19 anos.

Nessa apreciação sobre jovens/migração no contexto brasileiro, Abramovay; Castro (2006, p. 19) fazem uma relação entre estes, e dizem que:

[...] a atual dinâmica sociodemográfica aponta para a ocorrência de importantes transformações na organização da sociedade, que envolvem questões relacionadas à reacomodação da estrutura etária da população, a processos migratórios e de ocupação do território nacional, a aspectos de educação, trabalho, saúde, dentre outros, assim como a emergência de diferentes formas de organização familiar, que no seu conjunto, tem contribuído, sobremaneira, para a formação de uma nova realidade social no país.

Para Vantroba (2009), a migração deve ser percebida como um testemunho de que há a necessidade permanente de superar situações que se desgastaram e que estas precisam ser ultrapassadas. Nessa perspectiva, a migração sinalizaria a urgência de mudanças.

Na atualidade, os migrantes são vistos como entraves, porém, é explorada quando interessa ao sistema ou como mão de obra dos países ou regiões desenvolvidas. O sistema econômico neoliberal, que concentra as riquezas nas mãos de poucos, cria muros para excluir os pobres. Interpretada nesta ótica, a migração representa a busca, por parte dos excluídos, de alguma fenda que permita o acesso parcial a alguns dos benefícios produzidos pelo sistema. Os deslocamentos dos excluídos lembram o movimento dos cães ao redor da mesa em busca de algumas migalhas (VANTROBA, 2009, p. 11).

No que concerne a este movimento, Vantroba falando sobre o contexto urbano, ressalta que o migrante é visto como um “problema”, pois na medida em que aumenta o número de pessoas na cidade, a tendência é o acirramento de problemas como: desemprego, a violência, falta de moradias, demandas por serviços públicos como educação e saúde, etc., daí é que este processo passa a ser encarado como problemático.

Ademais, Vantroba (2009) também ressalta que se pode dizer que essa tendência de culpabilização do migrante, como o responsável pelas catástrofes sociais, contribui para “maquiar ideologicamente” as verdadeiras causas estruturais da exclusão social e concomitante a isto, imputa no migrante o sentimento de frustração, de fracasso, de inferioridade que, não raramente, inibe seu potencial de resistência e reivindicação.

No entanto, para apreendermos a migração de jovens como um complexo social devemos discernir suas múltiplas determinações, isto implica avançar para além do que está posto na aparência fenomênica dessa questão. Desse modo, entende-se que perceber a migração é compreender a complexidade dos determinantes de cunho político e cultural, mas principalmente de ordem econômica e social, inclusive, descortinando as relações sócio históricas que “giram” em torno do lugar onde os jovens residem. Nesse entendimento, isto se mostra como crucial para compreender a gênese do complexo que desencadeia a questão da migração.

Dessa forma, se faz particularmente necessário conhecer a realidade das localidades de onde esse jovem sai, seja do ponto de vista demográfico, seja no aspecto econômico, vendo que tais localidades, na maioria das vezes, não possuem estrutura para ofertar, por exemplo, uma formação escolar de qualidade, sem falar na falta de perspectivas com relação a oportunidades futuras de trabalho para os jovens.

Na verdade, compreende-se que o enfrentamento à questão da migração passa pela necessidade de melhor estruturação e desenvolvimento dos municípios, particularmente daqueles de pequeno porte onde a oferta de políticas públicas, em especial a de educação, juntamente com oferta de emprego e renda possa ajudar a fixar esse jovem de modo que este não continue a ver a migração como a *única* alternativa e sim como a *última* alternativa, e que nesse estágio ela não seja mais “compulsória” e sim facultativa.

**CONCLUSÃO**

Conforme os estudiosos, foram constatados que a falta de perspectivas de melhoria de condições de vida e falta de emprego no local de origem, tornam-se os principais motivadores para que muitas pessoas saiam em busca de alternativas de sobrevivência, e nesse sentido a migração se constitui como a alternativa “mais viável”.

A permanência ou saída dos jovens de suas localidades estão condicionadas pelas oportunidades que estes encontram ou não. Para os autores, a falta de oportunidades e condições dignas de sobrevivência, pode tornar-se o principal empecilho para a permanência desses jovens em seus locais de origem.

Os jovens almejam por meio da migração, uma estabilidade econômica e social, principalmente como forma de se reproduzirem socialmente. A busca por melhores condições e oportunidades de crescimento educacional, profissional e financeiro faz da migração um meio para a tão sonhada “mudança de vida”.

Diante do exposto, percebe-se que a migração, especificamente dos jovens, ainda é um grande desafio para o poder público. Para a superação dessa problemática é necessário que sejam freados os principais determinantes através da oferta de políticas públicas e geração de emprego e renda, uma alternativa viável para enfrentar a ação migratória e seus desdobramentos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, juventudes**: o que uni e o que separa. – Brasília: UNESCO, 2006.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; LACERDA, Danilo Ericeira de. **Migrações de trabalhadores rurais do Maranhão para o corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo**: o caso do município de São Vicente Férrer – MA. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. – Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010.

ARAÚJO, Herton Ellery; BOTELHO, Rosana Ulhôa; CODES, Ana Luiza Machado de; SERRANO, Agnes de França; PINTO, Larissa de Morais Pinto. **A migração interna dos jovens como alternativa para melhorar sua inserção no mundo do trabalho**: evidências a partir dos censos de 2000-2010. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). – São Pedro/SP: 2014. Disponível em <<http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-1-5-151-229.pdf>>

BRASIL. **Estatuto da juventude**. – Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. – Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>> Acesso em 24/10/2014.

\_\_\_\_\_\_. **PNAD 2008**: Primeiras Análises - Juventude e Desigualdade racial. Comunicado do Ipea nº 36. – Brasília: 2009. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/091203_comunicadoipea36.pdf>> Acesso em 18/05/2015.

COELHO, Elida Nadir dos S. **Juventude Rural e Permanência no Campo**: um olhar sobre as perspectivas dos jovens rurais filhos de agricultores familiares do Distrito de Morrinhos no município de São Jerônimo. – Arroio dos Ratos (RS): 2013. Monografia de Graduação Tecnológica em Desenvolvimentos Rural – PLAGEDER/UFRGS. Disponível <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87488/000909305.pdf?sequence=1>>

Acesso em 27/01/2015.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas, In. CARVALHO, Brandt Maria do Carmo e a BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**/São Paulo: IEE/PUC- SP, 2001. 224p.

FRANCISCO, Arnaldo; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; MAFRA, Simone Caldas Tavares; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. **Estudo do processo migratório na abordagem da qualidade de vida:** o caso dos servidores docentes do IFMG – Campus Bambuí. – Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 22, n.1, p. 171-194, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital:** 1848 – 1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. – 21 ed. – São Paulo. Cortez: 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Rio de Janeiro, 2010.

KUMMER, Rodrigo. **História oral e jovens rurais**: a (i)materialidade da dúvida. In: VII Encontro Regional Sul de História Oral. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste. – Toledo/PR: 2013. Disponível em <<http://www.sul2013.historiaoral.org.br/resources/anais/5/1376598112_ARQUIVO_KUMMER%5EJRodrigo.HistoriaOralejovensrurais_a_i_materialidadedaduvida.pdf>> Acesso em 24/01/2015.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&Aeditora, 1999.

MENESES, Cláudia. **A Mudança**: análise da ideologia de um grupo de migrantes. – Rio de Janeiro. – ed. Imago, 1976.

MIOTO, Beatriz Tamaso. **Movimentos Migratórios em Santa Catarina no Liminar Século XXI.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração.** UFMG/ CEDEPLAR/ Demografia – Avaliação de CDD (Componentes da Dinâmica Demográfica). – Belo Horizonte, 2002. Disponível em <<http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf>> Acesso em 08/12/2014.

NETO, Giácomo Balbinotto. **Economia do trabalho.** – (notas de aula), UFRGS: 2009. Disponível em <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02268/teoria-migracao.pdf>> Acesso em 09/02/2015.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa-Portugal: 2004. – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações/Instituto Superior de Economia e Gestão (Universidade Técnica de Lisboa).

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; TELES, Lia Raquel Sousa. **Mobilidade territorial de trabalhadores:** fundamentos históricos, relações com a *cidade do capital* e a particularidade do Brasil. In: CD–Rom da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. – São Luís/MA, 2011, (Anais).

SANTOS, Mauro Augusto dos; BARBIERI, Alisson Flávio; CARVALHO, José Alberto Magno de; MACHADO, Carla Jorge. **Migração:** uma revisão sobre algumas das principais teorias. – Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Texto para discussão nº 398.

SCHMITZ, Alice. **A migração como expressão da questão social:** um estudo a partir da população atendida no núcleo de apoio à família – rodoviário. Monografia (Graduação em Serviço Social). – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3ª Ed. – São Paulo. Editora Brasiliense, 1976**.**

TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia; OLIVEIRA, Sibele Vasconcelos de. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa – RS**. In: 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. –Porto Alegre/RS: 2009.

SPOSITO, Marilia Pontes. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Volume 1, Ed. ARGVMENTVM. – Belo Horizonte: 2009.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente**. – Irati: 2009. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf>> Acesso em 24/01/2015.

1. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). amaraynasousa@outlook.com [↑](#footnote-ref-1)
2. BRASIL. Lei Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. [↑](#footnote-ref-2)
3. É importante destacar que no recorte etário compreendido entre 15 a 29 anos de idades está sendo usado recentemente. Anteriormente a população jovem compreendida como aqueles que possuíam idade entre 15 a 24 anos. [↑](#footnote-ref-3)
4. [...] é uma dada intervenção na realidade social [...], e se desenvolve em esferas públicas da sociedade – e não no plano privado e interno das instituições ou organizações da sociedade. Políticas dessa natureza não se restringem, portanto, apenas às políticas estatais ou de governo, podendo abarcar, por exemplo, políticas de organizações privadas ou não governamentais de quaisquer tipos, sempre e quando preservado o caráter público acima referido (DRAIBE, 2001, p.17). [↑](#footnote-ref-4)
5. “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2011, p. 27) [↑](#footnote-ref-5)